



## Proc. Administrativo 19- 385/2025

---

**De:** Gilvana S. - SECEDU-CULTURA

**Para:** Envolvidos internos acompanhando

**Data:** 10/04/2025 às 08:49:08

**Setores envolvidos:**

SECADM, SECADM-COMP, SECADM-LIC, SECADM-FINANÇAS, SECADM-CONTABILIDADE, SECADM-JURIDICO-ADM, SECADM-TRIBUTAÇÃO, SECADM-ADMINISTRAÇÃO, SECEDU, SECEDU-CULTURA, SECEDU-DEP-ENSINO, SECPLAN-COORD-PROJETOS, DIR-COMPRAS, COMPRAS-Cotação de Preços, BATTI-DOTAÇÃO

### PE 90024/2025 - Tecidos e Aviamentos Dpto Cultura

segue TR com as alterações constantes no parecer juridico

—

**Gilvana Schmoeller**  
*Diretora de Cultura*

**Anexos:**  
5\_TR.pdf

**MODELO DE TERMO DE REFERÊNCIA**  
**Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021**  
**SERVIÇOS COM E SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, OBRAS E SERVIÇOS DE**  
**ENGENHARIA, EXCETO TIC**  
**LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA**

**Município de Dois Vizinhos**

(Processo Administrativo nº655/2025)

**TERMO DE REFERÊNCIA**

**1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1. Contratação de empresa para execução de serviços de locação de gerador, sonorização, iluminação, som de rua, locação de palco, treliças, tendas, grades de contenção, banheiros químicos, painel de Led e palco praticável para atender os eventos do Departamento de Cultura, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Lote: 1 - AMPLA CONCORRENCIA						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un.	Preço máximo	Preço máximo total
1	29832122 13757	CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA SONORIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS EM ESPAÇO ABERTO OU FECHADO, PARA 900 A 1.800 PESSOAS. Equipamentos mínimos exigidos: - 2 (duas) mesas de som digital com no mínimo 32 (trinta e dois) canais com extensor. - 16 (dezesseis) caixas (LINE ARRAY) com falante de 12' e driver titanium suspensas em treliça de alumínio Q30. - 12 (doze) caixas sub grave, cada uma com 2(dois) falantes de 18'. - 4 (quatro) microfones sem fio com alcance mínimo de 100 metros. - 6 (seis) microfones com fio e pedestais para os mesmos. - 6 (seis) caixas monitores com falantes de 12' e driver titanium. - 1(um) kit com 8 (oito) microfones para microfonação de bateria. - Energia no palco na voltagem de 127 e 220 volts, com 6 (seis) réguas de ac (corrente alternada) estabilizadas. - Potências compatíveis com o som necessário para o evento. - 1(um) amplificador guitarra 100w mínimo pré valvulado ou valvulado. - 1 (um) amplificador de contrabaixo (cabeçote + caixas). -1 corpo de bateria. - 6 (seis) direct box ativo e passivo.	15	DIA	7.812,02	117.180,30



		<p>-Cabos XLR e P10 para uso de instrumentos conforme necessidade e solicitação pela direção do departamento de cultura.</p> <p>- Com cabos de aço ou cinta para fixação e aterramento.</p> <p>-Demais equipamentos necessários para a execução.</p> <p>-Técnico de som. Alimentação, hospedagem e transporte do técnico por conta do proponente.</p> <p>Incluídos no custo as despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento.</p> <p>A empresa deverá apresentar ART devidamente recolhida.</p>				
2	29832125 13757	<p><b>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO GRANDE PORTE</b> Equipamentos exigidos:</p> <p>- Treliça para grid de iluminação em alumínio q30 linha pesada, com o mínimo 72 (setenta e dois) metros, com altura e local de acordo com a definição da equipe técnica do departamento de cultura;</p> <p>- Fechamento para o grid fundo e laterais em tecido preto.</p> <p>- 16 (dezesseis) moving bean 200.</p> <p>- 20 (vinte) refletores pares led 64 RGBW 3W.</p> <p>-2 (duas) máquinas de fumaça 1500w, com dissipador de fumaça.</p> <p>- 1 mesa digital para controle de iluminação</p> <p>- 4(quatro) mini brut com 4(quatro) lâmpadas.</p> <p>- 2 (dois) elipsoidais mínimo 250w, com íris.</p> <p>- 04 (quatro) cob de 200w</p> <p>- 2 (dois) dimmer 12(doze) canais.</p> <p>- Todo cabeamento necessário para iluminação.</p> <p>- Com cabos de aço ou cinta para fixação e aterramento.</p> <p>- Técnico de iluminação. Alimentação, hospedagem e transporte do técnico por conta do proponente.</p> <p>Incluídos no custo as despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento.</p> <p>A empresa deverá apresentar ART devidamente recolhida.</p>	15	DIA	7.195,50	107.932,50
3	29833791 24376	<p><b>LOCAÇÃO DE PALCO PROFISSIONAL TAM 12x08 metros</b> Erguido com estrutura metálica e coberto com lona galvanizada vinílica branca, fechamento nas laterais e fundo com tela preta, piso de compensado naval 20 mm, revestido com carpet preto e escada para acesso lateral com 2 m de largura e corrimão. Com luz de emergência, extintores e seguindo as exigências do Corpo de Bombeiros. Incluídos no custo as despesas com instalação, retirada e transporte até o local do evento, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento. As despesas com transporte, hospedagem e alimentação de equipe técnica será por conta do proponente.</p> <p>A empresa deverá apresentar ART devidamente recolhida.</p>	12	DIA	8.623,78	103.485,36

4	29833793 17639	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED, P3, de 1x1M Para transmissão ao vivo, com notebook e operador. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos após o evento, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento, bem como custos com alimentação e estadia do operador. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos após o evento, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento, bem como custos com alimentação e estadia do operador.	350	M2	263,50	92.225,00
<b>TOTAL</b>						<b>420.823,16</b>

<b>Lote: 2 - EXCLUSIVO ME/EPP</b>						
Item	Código do produto/serviço	Nome do produto/serviço	Qtde	Un.	Preço máximo	Preço máximo total
1-5	29832121 21679	LOCAÇÃO DE 01 GERADOR 260 KVA Gerador de energia 260 KVA, chave reversora automática não podendo haver tempo de espera para acionamento em caso de falta de energia, chave geral de 800 amperes, carenagem silenciosa 85 DBS (gerador silenciado), 4 unidades de cabos com 20 M no mínimo e com 01 operador, funcionamento de 12 horas por dia. De acordo com todas as normas técnicas vigentes. Despesas operacionais de transporte até o local indicado pela administração municipal e combustível por conta da proponente, bem como a alimentação, hospedagem e transporte do operador.	10	DIA	3.910,80	39.108,00
2-6	29832123 13757	CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA SONORIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS EM ESPAÇO ABERTO OU FECHADO, PARA 300 A 800 PESSOAS. Equipamentos mínimos exigidos: - 1 (uma) mesa de som digital com no mínimo 32 (trinta e dois) canais com extensor. - 8 (oito) caixas (LINE ARRAY) com falante de 12" e driver titanium suspensas em treliça de alumínio q30. - 4 (quatro) caixas sub grave, cada uma com 2 (dois) falantes de 18". - 3 (três) microfones sem fio com alcance mínimo de 100 metros. - 4 (quatro) microfones com fio e pedestais para os mesmos. - 4 (quatro) caixas monitores com falantes de 12" e driver titanium. - Energia no palco na voltagem de 127 e 220 volts, com 6(seis) régua de ac (corrente alternada) estabilizadas. - Potências compatíveis com o som necessário para o evento. - Cabos XLR e P10 para uso de instrumentos conforme necessidade e solicitação pela direção do departamento de cultura. - Com cabos de aço ou cinta para fixação e aterramento. - Demais equipamentos necessários para a execução.	15	DIA	4.309,35	64.640,25

		<ul style="list-style-type: none"> <li>- Técnico de som. Alimentação, hospedagem e transporte do técnico por conta do proponente.</li> <li>- Incluídos no custo as despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento.</li> <li>- A empresa deverá apresentar ART devidamente recolhida.</li> </ul>				
3-7	29832124 13757	<p>CONTRATAÇÃO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA SONORIZAÇÃO DE EVENTOS PÚBLICOS EM ESPAÇO ABERTO OU FECHADO, PARA 100 A 500 PESSOAS.</p> <p>Equipamentos mínimos exigidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>-1 (uma) mesa de som digital com no mínimo 32(trinta e dois) canais com extensor.</li> <li>- 04 (quatro) caixas suspensas em pedestal.</li> <li>- 1 (um) microfone sem fio com alcance mínimo de 100 metros.</li> <li>- 2 (dois) microfones com fio e pedestais para os mesmos.</li> <li>- Energia no palco na voltagem de 127 e 220 volts, com 6 (seis) réguas de ac (corrente alternada) estabilizadas.</li> <li>- Potências compatíveis com o som necessário para o evento.</li> <li>-Cabos XLR e P10 para uso de instrumentos conforme necessidade e solicitação pela direção do departamento de cultura.</li> <li>- Com cabos de aço ou cinta para fixação e aterramento.</li> <li>-Demais equipamentos necessários para a execução.</li> <li>- Técnico de som. Alimentação, hospedagem e transporte do técnico por conta do proponente.</li> </ul> <p>Incluídos no custo as despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento.</p> <p>A empresa deverá apresentar ART devidamente recolhida.</p>	20	DIA	2.699,67	53.993,40
4-8	29832126 13757	<p>LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO Equipamentos exigidos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 12 (doze) canhões pares led 64 RGBW 3W.</li> <li>- 8 (oito) moving bean 200</li> <li>- 04 minis brut com 4 lâmpadas</li> <li>-1 (uma) máquina de fumaça 1500w, com dissipador de fumaça.</li> <li>- 1 mesa digital para controle de iluminação.</li> <li>- 2 (quatro) elipsoidais, mínimo 250w.</li> <li>- 02 (dois) cob 200w</li> <li>- 1 (um) dimmer 12(doze) canais.</li> <li>- 1 (um) po power</li> <li>- Todo cabeamento necessário para iluminação.</li> <li>- Com cabos de aço ou cinta para fixação e aterramento.</li> <li>- Técnico de iluminação. Alimentação, hospedagem e transporte do técnico por conta do proponente.</li> <li>- Incluídos no custo as despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada dos</li> </ul>	10	DIA	4.732,75	47.327,50

		equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento. - A empresa deverá apresentar ART devidamente recolhida.				
5-9	29832127 13757	LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ILUMINAÇÃO . Equipamentos mínimos exigidos: - 06 (seis) canhões pares led 64 RGBW 3W. - 02 (dois) mini brut com 4 lâmpadas - 1(uma) mesa para controle de iluminação - 02(dois) cob 200w - 1 (um) dimmer 06 (seis) canais. - 1 (um) po power - Todo cabeamento necessário para iluminação. - Com cabos de aço ou cinta para fixação e aterramento. - Técnico de iluminação. Alimentação, hospedagem e transporte do técnico por conta do proponente. Incluídos no custo as despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento. - A empresa deverá apresentar ART devidamente recolhida.	20	DIA	2.978,67	59.573,40
6-10	29832128 13757	SERVIÇOS DE SOM DE RUA REALIZADO POR CARRO, por hora, nas zonas rural e urbana do município de Dois Vizinhos/ PR, para divulgação de campanhas de prevenção e orientação a população e demais informativos produzidos pela Administração Municipal. O proponente deverá fornecer: carro, equipamento de som, motorista e combustível. Quaisquer outras despesas relacionadas ao veículo e/ou motorista serão de responsabilidade do proponente.	300	HORA	115,60	34.680,00
7-11	29832130 2224	LOCAÇÃO DE TRELIÇAS PARA EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS PELO PERÍODO DE 02 DIAS. Equipamentos exigidos: - Trelíça para grid de iluminação em alumínio Q30 linha pesada, com altura e local de acordo com a definição da equipe técnica do departamento de cultura; - Fechamento para o grid fundo e laterais em tecido ou sombrite preto. Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem.	500	ML	68,83	34.415,00
8-12	29832132 21164	LOCAÇÃO DE TENDA TIPO PIRÂMIDE NO TAMANHO DE 5X5 METROS Tenda piramidal 5x5 profissional; estrutura em ferro galvanizado; cobertura lona branca, lona anti chamas; altura pé direito 5,00mt; estrutura em ferro 40x40 galvanizado; com fechamento. Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem.	15	DIA	894,56	13.418,40
9-13	29832133 12750	LOCAÇÃO DE GRADE DE CONTENÇÃO Estrutura metálica para segurança medindo 2,00 de comprimento x 1,00 de altura metros cada peça.	500	M lineares	31,35	15.675,00

		Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem.				
10-14	29832134 17612	CONJUNTO COM 2 BANHEIROS QUÍMICOS MODELO PNE SENDO 1 (UM) FEMININO E 1 (UM) MASCULINO (PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS). Em fibra de vidro ou polietileno com medidas mínimas de 2,40m de altura 1,60m de largura e 1,60m de comprimento contendo no mínimo, vaso sanitário, caixa de dejetos, mictório, suporte para papel higiênico, identificação de masculino e feminino, piso antiderrapante, grades de ventilação de ar, luz interna, teto translucido para absorção de luz externa, trinco, porta com fechamento automático, piso rebaixado (sendo antiderrapante), corrimão interno e apoio. Deverá ser efetuada a limpeza no máximo a cada 04 horas. Inclusos papéis higiênicos e produtos de limpeza, para uso durante todo os eventos. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização dos eventos. Com equipe de manutenção. Alimentação e hospedagem da equipe de manutenção será por conta da empresa.	20	DIA	1.042,50	20.850,00
11-15	29832135 17612	CONJUNTO COM 04 (QUATRO) BANHEIROS QUÍMICOS PADRÃO SENDO 02 (DOIS) FEMININOS E 02 (DOIS) MASCULINOS: Em fibra de vidro ou polietileno com medidas mínimas de 2,40m de altura 1,60m de largura e 1,60m de comprimento contendo no mínimo, vaso sanitário, caixa de dejetos, mictório, suporte para papel higiênico, identificação de masculino e feminino, piso antiderrapante, grades de ventilação de ar, luz interna, teto translucido para absorção de luz externa, trinco, porta com fechamento automático, piso rebaixado (sendo antiderrapante), corrimão interno e apoio. Deverá ser efetuada a limpeza no máximo a cada 04 horas. Inclusos papéis higiênicos e produtos de limpeza, para uso durante todo os eventos. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos, bem como assistência técnica durante toda a realização dos eventos. Com equipe de manutenção. Alimentação e hospedagem da equipe de manutenção será por conta da empresa.	20	DIA	1.306,50	26.130,00
12-16	29832136 17639	LOCAÇÃO DE PAINEL DE LED CONTENDO: - 01 (um) painel de led P06 pixels, de no mínimo 4x2 metros para transmissão ao vivo, com notebook e operador. Incluídos no custo as despesas com transporte, instalação e retirada dos equipamentos após o evento, bem como assistência técnica durante toda a realização do evento, bem como custos com alimentação e estadia do operador.	15	DIA	3.095,00	46.425,00
13-17	29832138	LOCAÇÃO DE PRATICÁVEL PARA ATENDER AOS EVENTOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE DOIS VIZINHOS	200,00	UN	220,89	44.178,00



		Palco praticável 2x1m c/ pés telescópicos. Com regulagem de altura: sistema de ajuste de altura telescópico. Opções de regulagem de alturas: 40 à 60cm; 60 à 100cm. Alumínio. Plataforma: perfis extrudados especiais de 100mm de altura, pés: perfil quadrado 60x60mm; 1 travessa retangular de reforço (abaixo da madeira) de 2mm de espessura, tampo de compensado naval 25mm, antiderrapante, com trava. Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem.				
14-18	29833792 21164	LOCAÇÃO DE TENDA, POLIETILENO E ALUMINIO, TIPO PIRÂMIDE TAMANHO 10X10M Tenda piramidal 10x10 profissional; cobertura lona branca, estrutura em ferro galvanizado; lona anti chamas; altura pé direito 5,00mt; estrutura em ferro 40x40 galvanizado; com fechamento. Inclusos despesas com transporte até o local do evento, instalação e retirada, bem como custos com alimentação e estadia de equipe de montagem.	15	DIA	2.241,75	33.626,25
TOTAL						534.040,20

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da publicação do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado conforme decreto municipal nº 21710/2025, item 33.

1.5. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2025 conforme detalhamento a seguir:

ID PCA no PNCP: 76205640000108-0-000001/2025;

Data de publicação no PNCP: 24/01/2024; Atualização: 25/10/2024

Id do item no PCA: 16

Classe/Grupo: S SERVIÇOS DE LEASING OU ALUGUEL VEÍCULOS A MOTOR, FERROVIÁRIO E AERONAVES, DE EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE, S/OPER;

Identificador da Futura Contratação: 987541-18/2025.

**3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

**4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

**Sustentabilidade**

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:





- 4.1.1 preocupada com os possíveis impactos ambientais provenientes da execução do objeto deste certame, a Administração Municipal exige que contratada comprometa-se a contribuir para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225 da Constituição Federal/88, através de declaração firmada pela empresa proponente.

### **Subcontratação**

- 4.2. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

- 4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, podendo o Contratado optar pela caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública, seguro-garantia, fiança bancária ou título de capitalização, em valor correspondente a **5% (cinco por cento)** do valor **total** da contratação.

- 4.4. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

- 1.1.1 A apólice de seguro-garantia deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

- 1.1.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

- 1.1.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

- 1.1.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

- 1.1.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

- 4.5. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

- 4.6. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.

- 4.7. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

- 4.8. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

- 1.1.6 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

- 4.9. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

1.1.7 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

1.1.8 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

1.1.9 obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

4.10. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

4.11. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

4.12. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

4.13. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada.

4.14. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

1.1.10 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

1.1.11 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

4.15. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

1.1.12 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

1.1.13 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

4.16. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

4.17. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

4.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

4.19. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.

### Vistoria

4.20. Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

### Margem de Preferência

4.21. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência **normal** de 10%, prevista no Decreto n.º 23321/2021.

## **5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

### **Condições de execução**

- 5.1. A execução do objeto deverá ser conforme necessidade, em quantidades e locais a serem determinados posteriormente pelo Departamento de Cultura/ Secretaria Municipal de Educação e Cultura, nas condições deste termo de referência.
- 5.2. A contratada deve cumprir todas as obrigações constante no Termo de Referência, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e ainda:
- 5.3. Os Serviços especificados neste termo de referência deverão ser conforme especificado no item 1.1, em hipótese alguma, os serviços devem ser repassados para terceiros ou terceirizar.
- 5.4. Efetuar a entrega e instalação do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no termo de referência.

### **Local e horário da prestação dos serviços**

- 5.5. Os serviços serão prestados em local e horário a ser previamente indicado pelo Departamento de Cultura da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, através do e-mail: [cultura@doisvizinhos.pr.gov.br](mailto:cultura@doisvizinhos.pr.gov.br) ou pelo telefone: (46) 3536-2989.

### **5.6. Rotinas a serem cumpridas**

- 5.7. A execução contratual observará as seguintes descrições:
- 5.8. Deverão ser observadas, por parte da empresa contratada, todas as obrigações complementares para a execução dos serviços.
- 5.9. A execução dos serviços deverá ser em conformidade com o especificado no Termo de Referência e Proposta da licitante contratada;
- 5.10. Todos os produtos/serviços solicitados deverão obedecer às normas de segurança impostas pelos Órgãos de Controle correspondentes.
- 5.11. A CONTRATADA deverá manter o local dos serviços, além da equipe técnica, auxiliares necessários ao perfeito controle de medidas e padrões, assim como promover às suas custas além do controle tecnológico dos materiais a serem empregados nos serviços, a segurança necessária à perfeita execução dos serviços no tocante aos objetos e materiais instalados no local da prestação dos serviços.
- 5.12. Executar a montagem dos equipamentos em tempo compatível com o cronograma do evento, devendo a desmontagem ser realizada em 01 (um) ou 03 (três) dias após o seu término, dependendo do porte da estrutura.
- 5.13. Responsabilizar-se, permanentemente, pela guarda, vigilância, segurança e manutenção das estruturas e equipamentos, materiais e ferramentas utilizadas para a prestação dos serviços, não cabendo à CONTRATANTE arcar com qualquer despesa relativa a danos, desaparecimento, roubo ou furto dos equipamentos, materiais ou ferramentas.
- 5.14. Arcar com todas as despesas relativas ao transporte dos equipamentos, materiais e ferramentas necessárias à montagem e desmontagem bem como dos funcionários, taxas, seguros, encargos trabalhistas, previdenciários e fiscais e demais despesas relativas ao seu ramo de atividade e necessárias à plena execução dos serviços.
- 5.15. Responsabilizar-se por quaisquer acidentes que venham a ser vítimas os empregados quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício da atividade.
- 5.16. Responsabilizar-se pela reposição ou troca de equipamento em caso de defeito, entre outros elementos existentes no local se deteriorados durante a montagem e desmontagem da estrutura. Será exigido também a reposição e reparos na área de tal forma que não desconfigure o projeto anteriormente implantado.

### **Materiais a serem disponibilizados**

5.17. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades descritos no item 1.1 deste Termo de Referência.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.18. A demanda do órgão tem como base a realização de eventos e apresentações culturais, como: Espetáculos de Teatro, Música, Arte Circense e Dança; Festivais de Música; Shows; Feiras; Cursos; Palestras; dentre outras demandas do Departamento de Cultura e demais secretarias da Prefeitura Municipal, a serem solicitadas de acordo com a previsão de público do evento e em cronograma enviado previamente a realização do evento.

#### **Especificação da garantia do serviço**

5.19. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Procedimentos de transição e finalização do contrato**

5.20. Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do Contratado, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado não necessitará manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período a execução do objeto contratado.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

#### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

- 6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 6.12. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.
- 6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade do Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.
- 6.17. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 6.18. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 6.19. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

#### **Gestor do Contrato**

- 6.20. Cabe ao gestor do contrato:

- 1.1.14 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 1.1.15 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 1.1.16 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 1.1.17 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

1.1.18 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

1.1.19 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

1.1.20 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado:

1.1.21 não produziu os resultados acordados,

1.1.22 deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

1.1.23 deixou de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou os utilizou com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

### **Do recebimento**

7.3. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 2 (dois) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.4. O prazo para recebimento provisório será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do Contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.5. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.6. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.7. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.8. Para efeito de recebimento provisório, será considerado para fins de faturamento o período 30 (trinta) dias.

7.9. Ao final de cada período/evento de faturamento:

7.10. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.11. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.12. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no recebimento provisório.

7.13. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.14. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.



7.15. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.16. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

1.1.24 Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

1.1.25 Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando ao Contratado, por escrito, as respectivas correções;

1.1.26 Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

1.1.27 Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

1.1.28 Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.17. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.18. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo Contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.19. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

7.20. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.21. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.22. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- I) o prazo de validade;
- II) a data da emissão;
- III) os dados do contrato e do órgão contratante;
- IV) o período respectivo de execução do contrato;
- V) o valor a pagar; e
- VI) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.23. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante.





7.24. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.25. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

1.1.29 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

1.1.30 identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.26. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

7.27. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.28. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

7.29. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

7.30. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.31. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

7.32. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

7.33. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.34. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

1.1.31 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.35. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Reajuste**

7.36. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 03/04/2025..

7.37. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.38. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.39. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.40. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.41. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.42. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.43. O reajuste será realizado por apostilamento.

### **Cessão de crédito**

7.44. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.45. As cessões de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, dependerão de prévia aprovação do Contratante.

7.46. A eficácia da cessão de crédito não abrangida pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.47. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

7.48. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

7.49. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

## **8. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;



- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

8.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

1.1.32 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.1.33 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

1.1.34 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

1.1.35 Multa:

1.1.35.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,5% (zero virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias.

1.1.35.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

1.1.35.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

1.1.35.3. Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **25% (vinte e cinco por cento)** do valor do contrato.

1.1.35.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

1.1.35.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

1.1.35.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **15% (quinze por cento)** do valor da contratação.

1.1.35.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **15% (quinze por cento)** do A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8.3. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

8.4. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

8.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

8.6. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

8.7. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

1.1.36 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

1.1.37 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicaf serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

8.8. Na aplicação das sanções serão considerados:

1.1.38 a natureza e a gravidade da infração cometida;

1.1.39 as peculiaridades do caso concreto;

1.1.40 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

1.1.41 os danos que dela provierem para o Contratante; e

1.1.42 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

8.9. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

8.10. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

8.11. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

8.12. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.13. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO POR ITEM.

### **Regime de Execução**

9.2. O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

### **Exigências de habilitação**

9.3. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

9.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

- 9.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 9.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 9.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 9.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 9.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 9.11. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.
- 9.12. Consórcio de empresas: contrato de consórcio devidamente arquivado no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis (art. 279 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976) ou compromisso público ou particular de constituição, subscrito pelos consorciados, com a indicação da empresa líder, responsável por sua representação perante a Administração (art. 15, caput, I e II, da Lei nº 14.133, de 2021).
- 9.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 9.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 9.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 9.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 9.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 9.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 9.19. Prova de regularidade com a Fazenda Distrital ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.24. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, para cada exercício, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um).

1.1.43 Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido, para fins de habilitação, 10% (dez por cento) de **capital mínimo valor total estimado da contratação**.

9.25. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.26. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste termo de referência deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

9.28. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

### **Qualificação Técnica**

9.29. Para os para os itens: 01, 02, 03 Lote 01 e 2-6, 3,7-, 4-8 e 5-9 do lote 02 a empresa deverá apresentar Certificado de registro no CREA OU CAU, juntamente com a identificação do responsável técnico e seu registro no órgão competente CREA OU CAU.

9.30. A empresa deverá apresentar comprovante de vínculo entre o responsável Técnico e a empresa. (Interessados nos itens 01, 02, 03 Lote 01 e 2-6, 3,7-, 4-8 e 5-9 do lote 02).

9.31. A Comprovação de que o (a) responsável técnico (a) indicado (a) pertence ao quadro da empresa poderá ser comprovada das seguintes formas:

- 9.31.1 se empregado através do Contrato de Trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social ou Ficha de Registro de Empregados, em que conste o licitante como contratante.
- 9.31.2 quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma, contrato social do licitante em que conste o profissional como sócio.
- 9.31.3 se o vínculo for de natureza civil apresentar Contrato de prestação de Serviços regido pela legislação comum.

9.32. Apresentar Certidão de Acervo Técnico expedido pelo CREA OU CAU, para os itens: 01, 02, 03 Lote 01 e 2-6, 3,7-, 4-8 e 5-9 do lote 02.





9.33. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

- 9.33.1 Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo de 30% do valor total da contratação, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.
- 9.33.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.
- 9.33.3 O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

9.34. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

### **Documentação Complementar**

9.35. o (s) vencedor (es) dos itens 10-14 e 11-15 do Lote 02 (Conjunto de Banheiros Químicos) no ato da assinatura do Contrato deverá apresentar Licença Ambiental para transporte e destinação dos dejetos

### **Disposições gerais sobre habilitação**

9.36. Quando permitida a participação na licitação/contratação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

### **Documentação complementar para cooperativas**

9.41. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

1.1.44 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

1.1.45 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

1.1.46 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

1.1.47 O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;





- 1.1.48 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato;
- 1.1.49 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa:
- 1.1.49.1. ata de fundação;
- 1.1.49.2. estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou;
- 1.1.49.3. regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia;
- 1.1.49.4. editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias;
- 1.1.49.5. três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais;
- 1.1.49.6. ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
- 1.1.49.7. última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

## **10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

- 10.1. O custo estimado total da contratação, que é o máximo aceitável, é de R\$ 954.863,36 (novecentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e três reais e trinta e seis centavos), conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**

## **11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município.

- 11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I) Órgão: 07 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
- II) Unidade: 002 DEPARTAMENTO DE CULTURA
- III) Projeto ou Atividade: 13.392.0013.2040 ATIVIDADES DO DEPTO DE CULTURA
- IV) Conta de despesa: 3.3.90.39.00.00 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
- V) Fonte do Recurso: 03610 E 00000 0000/01/07/00/00 Recursos Ordinários (Livres)

- 11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## **12. DISPOSIÇÕES FINAIS**

- 12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Dois Vizinhos, 18 de março de 2025

---

Gilvana Fátima Schmoeller  
Educadora Artística II  
Responsável pelo Departamento de Cultura  
Matrícula Funcional: 18326-1 e 18326-2  
Responsável pela Elaboração do Termo de Referência





## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DCD5-7768-63EA-96DA

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



GILVANA FATIMA SCHMOLLER (CPF 037.XXX.XXX-06) em 10/04/2025 08:49:51 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://doisvizinhos.1doc.com.br/verificacao/DCD5-7768-63EA-96DA>